

SUMÁRIO

A SUSTENTABILIDADE NAS LICITAÇÕES	
José Renato Nalini	11

APRESENTAÇÃO	
Fábio Victor da Fonte Monnerat	15

CAPÍTULO 1

CONCEITO DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL	
Rosa Maria Meneguzzi	19
1 Conceito de licitação.....	19
2 Conceito de sustentabilidade.....	20
3 Licitações sustentáveis	21
4 Obras e serviços sustentáveis.....	23
5 Compras sustentáveis	25
6 Como chegar-se a uma licitação sustentável?	29
7 A nova lei de mudança climática.....	31
8 A IN nº 01/2010 da SLTI (MPOG).....	31
9 As inovações trazidas pela MP nº 495/2010	32
10 A Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	34
11 Conversão da MP nº 495 na Lei nº 12.349, de 15.12.2010	34
12 Conclusão.....	35
Referências.....	36

CAPÍTULO 2

DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL COMO FUNDAMENTO JURÍDICO PARA AS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS NO BRASIL	
Teresa Villac Pinheiro Barki	39
1 Introdução.....	39
2 Direito ao desenvolvimento e direito ao meio ambiente sadio como direitos humanos	41
3 Meio ambiente e desenvolvimento: o permeio da ética.....	43
4 Direito internacional ambiental, seus princípios e diretrizes.....	46
5 Desenvolvimento sustentável: compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro como fundamento jurídico e principiológico para as licitações sustentáveis	49
6 Ponderações finais	62
Referências.....	63

CAPÍTULO 3

PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NA ORDEM ECONÔMICA E NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE: NECESSIDADE DE OPÇÃO POR CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Lena Barcessat	67
1 Licitações sustentáveis.....	67
2 Fundamentação constitucional.....	68
3 O bem comum e a função social da licitação sustentável: a regulação social.....	69
4 Princípio da isonomia.....	73
5 A melhor proposta e regulação social.....	75
6 O princípio da economicidade.....	76
7 Conclusões.....	78
Referências.....	80

CAPÍTULO 4

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS APLICÁVEIS ÀS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Veridiana Bertogna	83
1 Introdução.....	83
2 Princípio da obrigatoriedade da intervenção estatal.....	87
3 Princípios da precaução e da prevenção.....	91
4 Princípios do poluidor pagador e da responsabilização.....	95
5 Princípio da ubiquidade.....	98
6 Princípio da solidariedade intergeracional ou equidade.....	99
7 Conclusão.....	100
Referências.....	101

CAPÍTULO 5

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Lilian Castro de Souza	103
1 Introdução.....	103
2 Objetivos e princípios na Lei nº 6.938/81.....	104
3 União Federal: agente econômico e agente do poder de polícia.....	106
4 Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.....	110
5 Conclusão.....	113
Referências.....	114

CAPÍTULO 6

AS LICITAÇÕES PÚBLICAS E AS NOVAS LEIS DE MUDANÇA CLIMÁTICA E DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira	117
1 Introdução.....	117

2	O significado e o alcance do art. 6º, XII, Lei nº 12.187/2009.....	119
3	O fortalecimento das licitações sustentáveis e a Lei nº 12.305/2010 ...	122
4	Das novas leis em face da Lei Geral de Licitações: Lei nº 8.666/93	129
5	A interpretação jurídica da recente alteração da Lei nº 8.666/93	130
6	Conclusão.....	133
	Referências.....	134

CAPÍTULO 7

LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: POLÍTICA PÚBLICA

Marcos Weiss Bliacheris	137
1 Introdução.....	137
2 Breve histórico.....	138
2.1 ECO-92	138
2.2 Mudanças climáticas	140
3 As licitações sustentáveis enquanto política pública.....	141
3.1 Instrumentos econômicos e políticas de comando e controle.....	142
3.2 Aspectos reguladores.....	144
4 Características da política pública: licitações sustentáveis e seus reflexos jurídicos	144
4.1 Dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (art. 3º, Lei nº 8.666/1993, artigos 3º, IV, e 6º, XVI, Lei nº 12.187/2009; art. 30, IV e VI, Lei nº 12.305/2010).....	145
4.2 Transversalidade (art. 7º, Lei nº 12.187/2009; artigos 5º e 12, Lei nº 12.305/2010).....	147
4.3 Avaliação do produto ou serviço (art. 6º, XII, Lei nº 12.187/2009; art. 7º, XI, "a", Lei nº 12.305/2010)	148
4.4 Ciclo de vida dos produtos (art. 7º, XI, "a", Lei nº 12.305/2010).....	148
4.5 Ecoeficiência (art. 6º, V, Lei nº 12.305/2010).....	149
5 Conclusão.....	150
Referências.....	151

CAPÍTULO 8

PODER NORMATIVO NAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Murillo Giordan Santos	153
1 Introdução.....	153
2 O poder discricionário da Administração Pública para a contratação de objetos sustentáveis	156
3 O poder normativo da Administração Pública enquanto meio de efetivação das licitações e contratações sustentáveis	157
4 O conceito de poder normativo e sua aplicação às licitações públicas e às licitações públicas sustentáveis	160
5 A ordem econômica da Constituição Federal enquanto fundamento do poder normativo das licitações sustentáveis.....	163
6 O meio ambiente na Constituição Federal enquanto fundamento do poder normativo das licitações sustentáveis.....	165
7 Instrumentos normativos sobre licitações sustentáveis.....	168

8	A jurisprudência sobre a utilização do poder normativo pela Administração para viabilizar as licitações sustentáveis.....	169
9	Conclusão.....	171
	Referências.....	172

CAPÍTULO 9

CONSIDERAÇÕES SOBRE A JURIDICIDADE E OS LIMITES DA LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

	Eduardo Fortunato Bim.....	175
1	Introdução.....	175
2	A licitação sustentável, ambiental, ecológica ou verde	176
3	A constitucionalidade da licitação sustentável: o desenvolvimento sustentável como dever estatal (CF, art. 225) e da livre iniciativa (CF, art. 170, VI).....	180
4	A desnecessidade de lei ordinária prevendo a licitação sustentável: a sua compatibilidade diante da atual redação da Lei nº 8.666/93.....	184
4.1	Inexistência de violação ao princípio da competitividade: inexistência de cláusula anti-isonômica	184
4.2	A inexistência de ofensa à proposta mais vantajosa, ao menor preço ou ao julgamento objetivo	189
5	O suposto argumento <i>a contrario sensu</i> com as leis nº 12.187/09 (art. 6º, XII) e nº 13.305/10 (art. 7º, XI)	191
6	A licitação sustentável na fase de habilitação?	193
7	A exigência de documentos de terceiros, certificações ou certidões negativas	196
8	A licitação sustentável como critério de desempate?	199
9	A possibilidade de inserção da licitação sustentável de maneira abstrata	200
10	Direito subjetivo de exigir a licitação sustentável?	203
11	A constante mutação do estado da técnica na licitação sustentável	207
12	A limitação econômica da licitação sustentável: analogia com o princípio BATNEEC.....	210
13	A licitação sustentável como critério de aperfeiçoamento da excelência dos padrões ambientais: pragmatismo.....	211
14	Conclusão.....	212
	Referências.....	214

CAPÍTULO 10

FORMAS PRÁTICAS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: TRÊS PASSOS PARA A INSERÇÃO DE CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAIS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

	Luciana Maria Junqueira Terra, Luciana Pires Csipai, Mara Tieko Uchida	219
1	Introdução: as preocupações socioambientais existentes no ordenamento jurídico vigente.....	219

2	As inovações decorrentes da edição de novos diplomas legais nos últimos dois anos.....	220
3	Três passos práticos para a implementação concreta da licitação sustentável.....	225
3.1	Inserção de critérios socioambientais na especificação técnica do objeto.....	225
3.2	Inserção de critérios socioambientais nos requisitos de habilitação	233
3.3	Inserção de critérios socioambientais nas obrigações impostas à contratada	237
4	Conclusão: a responsabilidade do gestor público	242
	Referências.....	244

APÊNDICE

Comentários à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010	249
--	-----

ANEXO

Principais instrumentos normativos aplicáveis às licitações sustentáveis	267
--	-----

SOBRE OS AUTORES	291
------------------------	-----

ÍNDICE DE ASSUNTOS	293
--------------------------	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	297
------------------------	-----